

Vitória em Joinville

A Chapa 3 - Unificação CUT - que concorreu para direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville, enviou correspondência ao Linha Viva divulgando sua vitória nas eleições acontecidas no final de outubro. A Chapa 1 (direção atual) fez 2.028 votos; a Chapa 2 fez 1.061 votos e a Chapa 3 foi vitoriosa com 2.961 votos.

Em Furnas não passa

A Associação dos Empregados de Furnas enviou ao presidente Itamar correspondência denunciando um financiamento para que uma empresa privada concluisse as obras da Usina de Serra da Mesa. "Estranhamos que o BNDES financie agentes privados com a cifra de 525 milhões de dólares... Isto nos leva a crer que o único objetivo da formação do consórcio é a aceleração do processo de privatização do setor elétrico brasileiro, uma vez que o BNDES dispõe de recursos capazes de financiar diretamente as obras paralisadas, sem a intermediação privada".

Já na Eletrosul...

O tão comentado consórcio de Itá, também vai se utilizar do dinheiro público do BNDES. O banco emprestará os recursos para quem quiser entrar no consórcio. Além disso a diretoria da Eletrosul, grande patrono deste negócio, facilita ainda mais as coisas depreciando os recursos que já investiu.

Chefia reconhece pressão

Em audiência na Justiça do Trabalho, o sr. Augusto Gunther Kiel, chefe do DVC/DPCO, confessou que a razão do inquérito aberto contra Paulo Francisco derivou da reclamatória trabalhista. Mas, após a interferência do advogado da Celesc, alterou basilarmente seu depoimento para dizer que o inquérito decorreu da falta de respeito ao depoente e ao perito.

Entregou-se

No depoimento na Justiça do Trabalho, o sr. Kiel entregou-se feio e, sem querer, acabou revelando a verdade. Sem qualquer dúvida, deduz-se que, em relação aos subordinados, há chefes que se mostram corajosos, prepotentes, quebram e arrebatam. Mas, diante dos superiores, tremem, desdizem, descantam o verso. Diz um dito popular: "O diabo faz a panela, mas esquece de fazer a tampa".

Kizomba convida

O Grupo Kizomba está convidando todo mundo para a palestra do escritor e sambista Nei Lopes sobre "Os Herdeiros de Zumbi - reflexões sobre a condição Afro-Brasileira, no dia 18 de novembro, às 20 horas no Sindicato dos Bancários. E no sábado, 19 de novembro, pagode com show de baianas no Largo da Alfândega, às 9 horas e na quadra do Consulado, às 23 horas.

LINHA VIVA

Nº 293
18/11/94



Trabalhadores da Eletrosul decidem paralisar dia 21 em protesto contra os baixos salários

Seguindo orientação do Coletivo Nacional dos Eletricistas, os trabalhadores da Eletrosul paralisam por uma hora no dia 21 de novembro (segunda-feira), no início do expediente. A decisão foi tomada em assembleias realizadas nos quatro Estados - Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. Em outras empresas do Grupo Eletrobrás a paralisação será de duas horas até meio-dia.

A decisão foi tomada levando em consideração a aviltante situação salarial e a completa falta de perspectiva de melhorar o baixo nível dos salários. Os eletricistas não esquecem que o presidente eleito FHC quer extinguir até mesmo o IPC-r (que não recompõe nenhuma perda por estar extremamente rebaixado).

Nas assembleias ficou claro o ânimo dos trabalhadores da Eletrosul, que consideram absurda a situação salarial a que

estão submetidos. Eles seguem o caminho dos funcionários do Besc, metalúrgicos, eletricistas da Celesc e petroleiros que avançaram nas negociações apenas depois que se mobilizaram. Os petroleiros além de praticamente zerarem suas perdas, obtiveram um abono de dois salários e a garantia de emprego, em acordo assinado pelo ministro das Minas e Energia.

ESPECÍFICA - A Intersul passou todo dia de quinta-feira em negociação com a direção da Eletrosul. As discussões sobre a pauta específica não evoluíram. A única cláusula em que havia concordância da empresa, até o fechamento desta edição do LV, às 16 horas, era sobre a licença nojo (quando da morte de um parente o empregado ao invés de três dias terá uma licença de cinco dias). A única cláusula em que a empresa avança, dá o tom de desprezo com que os eletricistas estão sendo tratados, avalia a Intersul.

ONG's em alta

Pesquisa recente revelou que existem cerca de 5 mil Organizações Não-Governamentais no Brasil, que administram mais de 700 milhões de dólares por ano (recursos na sua maioria vindos do exterior). 40% delas tratam da ecologia, 17% de movimentos populares, 15% de direitos da mulher, 11% de direitos de negros e preconceito racial, 6% de crianças carentes e 1% de índios.

Baile do Sinergia

Já estão à venda com os representantes do Sinergia, no seu local de trabalho, na Elase, Abcelesc e no próprio sindicato os ingressos para o grande baile de fim de ano, que acontece no dia 26 de novembro, na sede da AABB (Coqueiros), com som da banda Komandus Music Show. Traga seus familiares, convide amigos e participe desta grande festa. Ingressos R\$ 2,00 para sócios e R\$ 4,00 para não sócios, com cheque para dia 30 de novembro.

INCCOR já tem sede

Foi inaugurada semana passada a sede do Instituto Catarinense de Defesa da Cidadania e Combate à Corrupção (INCCOR), em Florianópolis (Conselheiro Mafra, 220 sala 907). Quem quiser participar pode ligar para o telefone 224-33-26, a partir das 14 horas.

Abrindo caminho para FHC

O PSDB quer votar até dia 22 a Lei de Concessões de Serviços Públicos. O projeto é tido como fundamental para o presidente eleito FHC. O projeto a ser votado atinge em cheio as empresas de energia elétrica, que detêm as concessões mais antigas do país. Com a entrada em vigência da lei, a União, estados e municípios serão obrigados a fazer licitação pública, aberta à iniciativa privada, para todos serviços que hoje são de sua exclusiva responsabilidade.

Greve na Cemig

Os trabalhadores da Cemig rejeitaram a proposta da empresa e entraram em greve a partir da meia noite do dia 16. A proposta da empresa incluía 15,67% relativos ao IPC-r e mais 5% de produtividade, num total de 21,45%. Na cláusula garantia de emprego a empresa ofereceu apenas "direito de defesa para empregado demitido".

Recesso no jurídico

Os departamentos Jurídicos dos sindicatos, como acontece todos os anos, estarão em recesso nos períodos de 12 de dezembro a 9 de janeiro. Neste período existem as chamadas férias forenses, quando a Justiça do Trabalho não faz atendimento externo.

Acordo prevê na Justiça fim de pressões a reclamantes

Motivada por representação do Sinergia e de alguns reclamantes, a Procuradoria do Trabalho realizou reunião entre o sindicato, a Celesc e a empreiteira EBV - Empresa Brasileira de Vigilância. O encontro tratou de denúncias de pressões sobre reclamantes ou potenciais reclamantes por parte da Celesc e da EBV.

A reunião resultou em um "Termo de Adequação de Conduta" onde as duas empresas se comprometem a não exercer qualquer tipo de pressão física ou moral contra os trabalhadores no sentido de constrangimento do direito de recorrer ao Poder Judiciário. Conforme a literatura jurídica, o direito de ação é atributo da personalidade e ga-

rantia constitucional.

A Celesc e a EBV comprometeram-se a não tomar qualquer medida que vise frustrar o direito de seus empregados de recorrerem ao Poder Judiciário a fim de assegurar seus direitos, "não exercendo qualquer tipo de coação física ou moral sobre as pessoas que contra a mesma propõem reclamação trabalhista". Segundo o documento, "o não cumprimento deste compromisso acarretará o pagamento pela empresa da pena no valor de 5000 UFIRs por empregado ou ex-empregado que sofra os efeitos da não observância ao que ora é acordado".

Combate ao álcool já tem resultados

Apesar de ter iniciado em julho/93, o Programa de Combate ao Uso de Drogas e lcool em andamento na Celesc está surtindo efeitos animadores. Solange Wendhausen, assistente social da agência de Rio do Sul, falando a respeito de matéria publicada sobre o assunto no Linha Viva diz que concorda com o que foi dito pelas colegas de outros escritórios: "a iniciativa tem que partir das chefias. São os chefes que estão ali com o empregado, avaliando seu desempenho, que identificam o problema e fazem o primeiro contato. Eles precisam ter muito jogo de cintura para não serem mal interpretados e isto tem emperrado, em alguns casos, a incitativa de alguns chefes".

Segundo Solange, a agência de Rio do Sul não está medindo esforços para a reabilitação de dependentes. "Até em casos em que foi recomendada a mudança de função, para que o empregado tivesse menos tempo ocioso, foi feito o remanejamento. A empresa está investindo bastante nisto, e estamos todos trabalhando duro para que

o programa tenha o maior sucesso".

Infelizmente, foi na agência de Rio do Sul que aconteceu um caso de demissão. O empregado já havia sido internado e acompanhava sessões de terapia, quando teve uma recaída, previsível. Só que ele havia chegado "a um limite de dependência, que não queria mais ser ajudado", explica a assistente social. Acabou pedindo demissão. "Não considero isto negativo. Em certo momento do programa a pessoa tem que se compromissar, optar. Se não houvesse programa esta pessoa estaria quem sabe ainda trabalhando, com um desempenho ruim, sujeita a provocar um acidente do trabalho. Acabáramos tendo mais um empregado morto por negligência. O programa é muito importante e válido para acabar com isto. Mas ele só vai recuperar a pessoa que quiser ser recuperada."

Deste episódio ficam algumas perguntas: há quanto tempo este funcionário tinha problemas, que não foram levados em conta pelas chefias? O compromisso será só do empregado?

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Conselho Editorial: Fábio Pedro Dal Bó, Arno Veiga Cugnier, Mauro G. Passos, Glauco C. Marques e Luiz Cézare Vieira. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scomazzon (DRT/RS4966). Ilustrações: Zé Dasilva. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal Diário Catarinense. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP: 88015-030. Fone (0482) 22-3866 Telefax: (0482) 23-5596. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Celesc lança U\$ 30 milhões em debêntures no mercado

Sindicatos alertam que pode ser mais uma porta para a privatização

Dia 11 de novembro a Intercel se reuniu em Canoinhas. O motivo principal do encontro foi ouvir o relato da representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Celesc, Kathya Rosângela Silva, sobre a reunião do conselho realizada em 28 de outubro. Nela, além da divulgação do demonstrativo contábil da empresa de julho e agosto de 94, foi homologado o lançamento de debentures, para captação de 30 milhões de dólares a serem usados na ampliação da rede de Linhas de Transmissão e foi discutido o balanço geral do Tribunal de Contas, referente à administração de 1989, sob o comando de Nogert Wiest que terá que devolver dinheiro para a Celesc (veja box).

No seu relato à Intercel, Kathya repassou os informes dados pelo Presidente, Victor Fontana. O primeiro foi referente ao contrato de venda de energia da Celesc para a Argentina. Ele também informou que até o final de sua administração serão inauguradas as subestações de Salto, Piçarras, Morro da Fumaça, Ituporanga, Taió, Porto Belo, Bom Retiro, Biguaçu, Pirabeiraba, Guaramirim e a Linha de Transmissão Palhoça-Roçado. O fato surpreendeu os sindicalistas, que desconheciam tal evolução no cronograma de muitas destas obras.

Victor Fontana falou ainda que a tarifa cobrada pela Celesc é hoje a menor do país e comentou que na sua vida empresarial, nunca construiu prédios para abrigar burocracia. Ele, portanto se disse contra a construção por parte da Celesc de sedes para abrigar escritórios. Segundo ele, como a Fundação Celos é forte, e já construiu a Central, ela também poderia fazer estas obras. Este dinheiro seria usado pela Celesc para construir usinas e Linhas de Transmissão.

PRIVATIZAÇÃO - O presidente da empresa divulgou ainda na reunião do Conselho de Administração que o governo do Estado iria oficializar a Eletrosul da sua intenção de participar com 200

milhões de dólares, na construção de Itá. Este dinheiro viria do resíduo das CRCs (Contas de Resultado à Compensar, do governo do Estado. Aproveitamos a ocasião o conselheiro José Stupp

comentou que o Ministro das Minas e Energia na sua passagem pelo Estado afirmou que em 15 dias estaria pronta a regulamentação para a exploração privada de energia e que os custos da energia elétrica passariam de 32 dólares o megawatt para 19 dólares.

O Diretor Financeiro, Antonio Carlos Vieira, apresentando os balanços financeiros de julho e agosto, declarou que a situação financeira da Celesc é ótima (R\$ 17 milhões positivos) e que o

preço da tarifa está começando a pagar os custos de operação. Disse ainda que a Celesc está investindo de R\$3 a R\$4 milhões no mercado. Para ele a última greve proporcionou um bom acordo e que os problemas de faturamento decorrentes dos dias



Kathya apresentou relatos



Intersindical discutiu em Canoinhas a situação da empresa

paralisados serão acertados até o final de novembro. Ainda, segundo Vieira, o montante da dívida do governo para com a Celesc é de R\$ 20,7 milhões. Por causa disto - uma desculpa segundo a Intercel - o governo pôs 11% das ações ordinárias da Codesc à venda, e compradas pela Previ (fundação do Banco do Brasil). A Codesc tinha 19% das ações ordinárias da Celesc. Os sindicatos querem saber como é que vai ficar a composição da empresa depois desta venda.

Vieira explicou ainda que em 93 as ações da Celesc valiam 12% do seu valor patrimonial e as da Codesc foram vendidas a 73% deste valor. O Diretor Financeiro discorreu também sobre as negociações com os bancos para cobranças de faturas: os estabelecimento bancários receberão R\$ 0,30 por documento autenticado e terão que recolher a quantia para os cofres da empresa em 24 horas.

HOMOLOGAÇÃO - O final da reunião foi dedicado às homologações. Que, como disse Kathya, "foi apenas um informe de fatos já consumados". As duas primeiras foram sobre doações (de um terreno para a prefeitura de Bom Retiro, e de um transformador para o Centro Biotecnológico de Joinville).

A mais importante foi sobre o lançamento de debêntures, no valor de mais de 30 milhões de dólares, revertidas em ações preferenciais da empresa. O dinheiro seria usado na construção de Linhas de Transmissão. O lançamento de debêntures é uma espécie de empréstimo no qual se dá alguma coisa em garantia, no caso as ações preferenciais da Celesc. Os juros seriam de 15.5% ao ano. Os sindicatos concordariam com a operação se não existisse a possibilidade de conversão da dívida em ações da empresa, o que abre mais um flanco para a privatização.

Neste dia 17 acontece outra reunião do Conselho de Administração e uma assembléia de acionistas que debaterão novos acertos nesta operação.

TRIBUNA LIVRE

Podres poderes

Trabalhadores da DVCI/DPCO Celesc*

Fatos recentes ocorridos na Celesc nos levam a um questionamento: o quanto uma decisão (im)pensada de um chefe pode prejudicar a vida de um funcionário?

No exercício de sua função, o chefe se define como um preposto da Empresa, atuando no âmbito desta e na esfera judicial como mero cumpridor de ordens, não admitindo nestes casos qualquer questionamento quanto a sua forma de atuação.

Porque, então, se questiona tanto as ações do Representante Sindical? Não é ele o representante mais legítimo da categoria? Não é ele o elo de ligação entre a categoria e o sindicato?

Deve-se distinguir as atitudes tomadas pelo Representante no exercício de sua atividade sindical dos atos praticados enquanto empregado da empresa. Ou questionar atitudes lesivas à categoria, agora, passou a ser desrespeito e insubordinação? E desde quando manter a categoria informada quanto aos seus direitos passou a ser falta grave? Deveria o Representante Sindical limitar-se a entregar o jornal da entidade?

Infelizmente, na Celesc, ainda sobrevivem administrações da idade da pedra, onde a truculência é regra e o diálogo não existe. Onde tem-se a coragem de montar toda uma farsa para prejudicar um Representante Sindical e continuar bancando toda esta infâmia através de um poder podre e verticalista.

Repercute, também, no seio da categoria, as atitudes de alguns funcionários que demonstram sua verdadeira personalidade com características egoístas; outrora críticos ferrenhos da atual administração da DVCI, hoje fiéis adoradores desta inquisição, interessados em conseguir vantagens pessoais.

É nesta hora que o Administrador deve recordar todas as conquistas da categoria e os esforços feitos pelos Representantes Sindicais durante toda esta caminhada, não esquecendo que estes representantes também são seres humanos, que sofrem na carne todas as repercussões desta perseguição.

* José Carlos Bento, Valdecir Celso da Silva, Mario Jorge Maia, Nilton Carlos Maliseheski, Carlos Alberto Borges da Costa e Maria Elizabete Pacheco.

Programação de Cinema

Esta é a programação de cinema do centro Integrado de Cultura - CIC. Eletricitários têm direito a meia entrada nesse cinema e no cine Art 7, mediante apresentação de carteira do Sinergia. O Art 7 não informou sua programação até o fechamento desta edição.

CIC

Dia 17, quinta-feira
19h30min - Ton & Viv
21h45min - A Crise

Dia 18, sexta-feira
19h30min - Ton & Viv
21h45min - A Crise

Dia 19, sábado
19h30min - Amor e restos humanos
21h45min - A dança dos desejos

Dia 20, domingo
18h - A Crise
19h45min - Amor e restos humanos
21h30min - A dança dos desejos

Dia 21, segunda-feira
21h - Amor e restos humanos

Dia 22, terça-feira
21h - A dança dos desejos

Dia 22, quarta-feira
19h45min - Amor e restos humanos
21h30min - A dança dos desejos

Crítica sem simplificações

O sociólogo e professor da Unicamp Armando Boito Júnior é reconhecido por ter suas formulações teóricas baseadas na observação das lutas dos trabalhadores. Estudioso do movimento sindical brasileiro, ele analisa nesta entrevista exclusiva ao LV a experiência das Câmaras Setoriais, a nova ordem mundial e as perspectivas do sindicalismo. O professor não acredita nos autores que propalam o fim do sindicalismo, que passa por dificuldades, mas estão de olho na crítica ao movimento socialista", alerta Boito Jr.

O governo, através do ministro do Trabalho, Marcelo Pimentel, está falando em uma "modernização" da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho. Que repercussões isso pode trazer para o sindicalismo?

Armando Boito Júnior - Não há muito espaço para mexer na legislação sindical sem que se mexa na Constituição. Todo o sistema da Justiça do trabalho está regulamentado na Constituição Federal, assim como todo o arcabouço da estrutura sindical está na Constituição. Por este lado eu acredito que as alterações na CLT não vão repercutir em nada. Acredito que ele esteja pensando na área dos direitos, e aí os sindicalistas devem ficar com as antenas ligadas, porque o que vier não deverá ser bom.

Recentemente o governo interferiu bruscamente em uma negociação que vinha ocorrendo diretamente entre trabalhadores e empresários, no ABC paulista, ameaçando gravemente a idéia das Câmaras Setoriais. Que avaliação você faz deste episódio e das próprias Câmaras Setoriais? Elas seriam uma colaboração dos trabalhadores com um modelo de desenvolvimento de relações proposto pelos empresários?

ABJ - Em primeiro lugar, a experiência das Câmaras Setoriais ainda está no início e localiza-se em alguns setores econômicos apenas. Até agora elas só repercutiram em dois acordos assinados, no setor automotivo e na construção naval. A coisa está começando e tem grande dificuldade em se expandir para outros setores da economia e tem grande resistência de setores do governo que está se constituindo. Então o futuro desta experiência é uma coisa a se verificar. Quanto à natureza desta experiência eu tenho uma avaliação negativa. Acho que o sindicalismo passou a assumir responsabilidades através das Câmaras na gestão de um modelo de desenvolvimento que é concentrador, que é inigualitário e que atrela a economia brasileira ao sistema financeiro internacional. Vejo isso negativamente. No meu modo de ver há ainda o agravante de que estas responsabilidades dizem respeito apenas a setores da economia, mas quem continua decidindo na esfera macro, das grandes linhas da política econômica é o governo de modo isolado, unilateral e autoritário. O governo define no macro e os sindicatos vão ver o que podem fazer no micro. Não consigo ver vantagem nessa situação. Mas a despeito desta avaliação crítica das câmaras setoriais, eu considero que a intervenção do Ciro Gomes na negociação entre os operários e as montadoras foi autoritária e atabalhoada e espalhafatosa de



Arte: Zé Dussan

desrespeito a um acordo que estava sendo assinado. O Ciro Gomes afrontou a única coisa das câmaras setoriais que é favorável aos trabalhadores: o reajuste mensal de salários. Ele não se incomodou com a venda de carro com ágio nem com a redução das alíquotas fiscais, só com reajuste de trabalho. Ele se comportou como um coronelão do interior do nordeste. Todo o democrata, independente do que pense das Câmaras Setoriais, deve se sentir revoltado.

Hoje em dia vários pensadores de renome internacional estão anunciando o declínio do trabalho como categoria sociológica. O que você pensa disso?

ABJ - Tenho uma avaliação crítica desta bibliografia. Acho que ela padece de um simplismo na análise sociológica. Há um reducionismo muito grande quando se quer explicar isso à sociedade a partir das novas tecnologias como a microeletrônica e do processo de trabalho, da extensão da jornada de trabalho. O que significa isso? Significa que se no Brasil se nós ao invés de 20 milhões fossemos 30 milhões de trabalhadores empregados e ao invés de 8 horas de jornada fosse 10 o trabalho seria mais importante na sociedade? A simplificação é muito grande. Estes autores estão pensando fundamentalmente na questão política mais geral de saber se é possível ou não uma transição ao socialismo ao longo do século XXI ou se, ao contrário, o socialismo é um movimento historicamente superado pelo declínio da jornada de trabalho, pelo desemprego, pelas novas tecnologias, pela dualização da classe operária.

No ano passado nós publicamos uma entrevista com um intelectual português que dizia que havia uma tendência do sindicalismo acabar e ser substituído por outras formas de organização social...

ABJ - A alteração da tecnologia e do mercado de trabalho naturalmente repercute diretamente no sindicalismo. O problema é que estes autores procuram extrapolar, deduzir da redução da jornada de trabalho, das novas tecnologias, das novas formas de gestão, do desemprego aberto a superação histórica do movimento socialista. Só que o socialismo é uma coisa, o sindicalismo é outra. Eles caminharam juntos durante uma etapa do movimento operário mas não são a mesma coisa.

Então, quais são as tendências do movimento sindical...

ABJ - Não me traga de volta ao sindicalismo (risos) que eu preciso falar de outra coisa... Eles podem falar no sindicalismo mas eles estão de olho no movimento socialista. Eles buscam

comprovar que não há possibilidade de uma transição ao socialismo. O século XX foi o século das revoluções: da revolução mexicana no início do século até a Nicarágua em 1979, passando por todas as outras como na Rússia, Alemanha, China e Cuba. Estas revoluções não ocorreram porque a classe operária estava com pleno emprego, a jornada de trabalho longa e a tecnologia fosse o taylorismo e a linha de montagem. O que havia em cada caso era um desequilíbrio internacional e desequilíbrio interno em cada país, contradições entre os inúmeros processos de relações entre as classes sociais. Havia o aguçamento das contradições entre as potências imperialistas, uma enorme contradição entre o centro do capitalismo internacional e os países periféricos, e ainda, internamente aos países conflitos entre a burguesia industrial emergente e a velha classe dominante em declínio, havia um campesinato muito grande, entre outras coisas que transformaram o século XX em século das revoluções. É um simplismo muito grande querer reduzir isto tudo a existência do fordismo, do taylorismo e da linha de montagem. É uma falatório sem fundamentação convincente.

Como fica, então, o sindicalismo diante desta nova ordem mundial?

ABJ - Nós estamos vivendo um período de estabilidade relativa entre as potências imperialistas, o centro e a periferia do sistema. O sindicalismo nesta conjuntura ficou num grande refluxo defensivo, porque nesta nova ordem as forças reacionárias estão na ofensiva, não há estas contradições pesadas entre as potências imperialistas. Onde há guerra de libertação nacional como havia na China, na África e na América Latina, estas coisas que criam crises... Além disso há a inovação tecnológica que bate pesado no sindicalismo. Agora a gente deve estar atento ao que vem paralelamente a isso: o sindicalismo perdeu alguns dos seus bastiões mais tradicionais em setores da produção que foram praticamente destruídos, como o carvão aqui em Santa Catarina, mas há setores que não tinham nada a ver com o sindicalismo que estão assalariados e arrojados e se transformaram em ampla base social para o movimento sindical, como o setor público. Os analistas não podem olhar apenas para o que está caindo, mas também para o que está emergindo.

Nesta situação, a cidadania seria uma palavra-chave para o sindicalismo buscar novas bases?

ABJ - A cidadania no Brasil é incompleta. Os trabalhadores adquiriram os direitos civis parciais, os direitos políticos mas não têm os direitos sociais. Alguns até estão no papel, como o direito à saúde pública e à aposentadoria, mas todos sabemos o que é isso na prática, são direitos sociais fictícios. Para completar a cidadania seria necessário que os direitos sociais se expandissem, como na Europa, no estado de bem estar social. O que está na ordem-dia no Brasil é a conquista do estado de bem estar social. O problema é que conquistar isso aqui é mais complicado: não houve aqui uma revolução burguesa clássica, não houve uma reforma agrária, somos dependentes do capital internacional. Isso tudo coloca obstáculos graves. A pergunta que fica no ar é a seguinte: um governo tipo um governo Lula - que o governo Fernando Henrique tem uma ideologia e uma proposta política contrária a isso - com a proposta de estado de bem estar conseguiria implementá-lo? Ainda existem latifúndios e dependência no Brasil, e nos países da Europa o estado de bem estar se implantou depois de superadas algumas etapas como estas. Acho que seria uma tarefa política muito complexa de ser levada adiante, pois desencadearia conflitos agudos.